



Fonte: www.gazetadigital.com.br Política Quarta, 30 de outubro de 2013, 15h50

APÓS 2 DERROTAS

Governo consegue cassar liminar que mandou afastar secretário Mauri Rodrigues

Welington Sabino, repórter do GD

O governo de Mato Grosso, por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE) conseguiu reverter no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), a decisão judicial que determinou o afastamento de Mauri Rodrigues de Lima do cargo de secretário estadual de Saúde, decisão essa que nunca foi cumprida, pois ele não foi afastado oficialmente. Nesse período enquanto tentava cassar a decisão liminar do dia 9 de outubro proferida pelo juiz Luís Aparecido Bertolucci Júnior, titular da Vara Especializada de Ação Civil Pública e Ação Popular da Comarca de Cuiabá, Mauri sofreu 2 derrotas, pois o presidente do TJ, Orlando Perri de Almeida negou 2 pedidos de reconsideração.

Dessa forma, Mauri só não assinou atos de competência do secretário para serem publicados no Diário Oficial do Estado, mas também não foi designada nenhuma outra pessoa para ocupar o cargo interinamente.

A decisão que reconduz Mauri ao cargo é do desembargador José Zuquim Nogueira, relator do agravo de instrumento com pedido de liminar favorável a Mauri interposto junto à 4ª Câmara Cível do TJ pelo procurador-geral do Estado, Jenz Prochnow Júnior.

No agravo de instrumento, o procurador Jenz Prochnow alegou que a “Secretaria de Saúde vem cumprindo, rigorosamente, os repasses financeiros aos municípios, sendo que 103 municípios já estão com os repasse em dia e os demais receberão a verba respectiva em 20/11/2013, tudo de acordo com o ofício assinado pelo secretário adjunto executivo, datado de 24/10/2013”. Mas vale lembrar que o afastamento de Mauri foi determinado bem antes dessa data, no dia 9 de outubro.

Sustentou ainda que o afastamento de Mauri é medida inútil e que acarretará instabilidade institucional, dificultando a prestação de serviços públicos à saúde”. Por isso, pleiteou o efeito suspensivo contra a liminar que determinara o afastamento do secretário.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Política Quarta, 30 de outubro de 2013, 08h27

crise continua

Estado é judicialmente notificado de saída de Mauri da Saúde

Marcos Lemos, especial para o GD

Marcus Vaillant



Secretário de Saúde de MT,
Mauri Rodrigues de Lima

O Governo do Estado foi finalmente na tarde de ontem notificado pelo Poder Judiciário da decisão denegatória de recurso contra o afastamento do secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues de Lima, que tem sua presença no 1º escalão do governo Silval Barbosa (PMDB) fragilizada por um problema do passado.

O próprio governador Silval Barbosa (PMDB) durante solenidade de inauguração de obras da Copa do Mundo, lembrou que os problemas de repasses de recursos da saúde para os municípios que motivaram o pedido do Ministério Público acatado pela Justiça em 1º Grau já foram sanados após um acordo mediado com a Associação Matogrossense dos Municípios - AMM e que restariam cerca de R\$ 8 milhões a serem quitados ainda no mês de novembro próximo.

“Os motivos que levaram ao seu afastamento já não existem mais”, explicou o governador sinalizando que o problema da saúde é uma questão de caixa do Tesouro que tem limitações. “Existem leis, regras que não podem ser descumpridas e não é porque somos governo que podemos

tudo”, disse o chefe do Executivo.

Na Assembleia Legislativa os rumores entre os deputados que sempre foram críticos do titular da Saúde que assumiu no início deste ano era da sua iminente saída.

“O próprio secretário me confidenciou que não tem mais estímulo em permanecer a frente da pasta, pois por mais que trabalhe e se dedique, sempre prevalece questões políticas acima das questões práticas e de interesse geral no atendimento a população”, disse um parlamentar estadual que lembrou estar o problema nos altos custos praticados pela saúde pública de uma maneira em geral. “Alguém aí sabe dizer que existe um lugar no Brasil onde a saúde pública não esteja em crise?”, questionou o deputado que prefere não aparecer diante da polêmica do assunto.



Mesmo a Procuradoria Geral do Estado falhando por duas vezes em recorrer da decisão de afastamento do secretário que não está despachando, o governo não tem uma solução aparente para o impasse na Saúde Pública.

Acompanhe o GD também pelo Twitter: @portalgazeta

Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / NOVELA SEM FIM

30.10.2013 | 09h35 - Atualizado em 30.10.2013 | 09h37

Tamanho do texto A- A+

Governo recorre novamente contra afastamento de secretário

Silval diz que pendência é um equívoco e repasses serão quitados até novembro

MidiaNews

**LAÍSE LUCATELLI
DA REDAÇÃO**

O Governo do Estado recorreu novamente contra o afastamento do secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues de Lima (PP), por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), que protocolou um agravo de instrumento, na última sexta-feira (25).

O governador Silval Barbosa (PMDB) voltou a criticar a decisão da Justiça de afastar seu assessor do cargo, e afirmou que os repasses para os municípios estão sendo colocados em dia.

O afastamento de Mauri foi determinado em 7 de outubro pelo juiz Luiz Aparecido Bertolucci, a pedido do Ministério Público Estadual (MPE), por descumprimento dos repasses para os municípios referentes ao ano de 2012.



Desde então, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Orlando Perri, negou dois recursos protocolados pela PGE.

“A pendência jurídica é um equívoco, na minha opinião. A decisão fala que não cumprimos a decisão de quitar os 50% que faltavam dos repasses atrasados de 2012 para os municípios, mas, quando saiu a decisão, nós já tínhamos quitado débitos com 103 municípios”

“A pendência jurídica é um equívoco, na minha opinião. A decisão fala que não cumprimos a decisão de quitar os 50% que faltavam dos repasses atrasados de 2012 para os municípios, mas, quando saiu a decisão, nós já tínhamos pagado 103 municípios. Atualmente, já quitamos débitos com 125 municípios, e faltam R\$ 7 milhões ou R\$ 8 milhões a serem repassados”, afirmou.

“E o cronograma acordado com a AMM (Associação Mato-grossense dos Municípios) é de que, até dezembro, quitaríamos tudo. Eu espero quitar até antes, em novembro. Além disso, o repasse deste ano está em ordem. E, com a mudança no modelo de repasse que foi aprovada, não vai ficar dívida daqui para a frente”, completou o governador.

Silval voltou a negar a substituição do secretário, ao menos por enquanto.

“Nomear secretário é um ato discricionário do governador. Quando eu notar que não dá mais, eu troco. Não é só o Mauri, é qualquer secretário. Mas, por enquanto, quero resolver essa pendência jurídica”, disse.

Leia mais sobre o assunto:



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Justiça afasta secretário acusado de não cumprir decisão

Presidente do TJ mantém secretário afastado do cargo

Tribunal nega pela segunda vez retorno de secretário ao cargo

Silval diz que Governo perde recurso no TJ por erro da PGE

Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / PLANEJAMENTO

30.10.2013 | 08h39 - Atualizado em 30.10.2013 | 08h45

Tamanho do texto A- A+

Saúde, Educação e Segurança entregam PDI

Pastas traçaram plano estratégico em parceria com TCE

Reprodução

Clique para ampliar 



TCE desenvolveu ferramenta para planejamento de municípios e secretarias



DA REDAÇÃO

O Governo de Mato Grosso apresentou nesta terça-feira (29) o Plano de Desenvolvimento Institucional Integrado (PDI) das secretarias de Educação, Segurança Pública e Saúde. Trata-se de uma ampla revisão dos atuais planos institucionais destas pastas.

O trabalho foi coordenado pela Secretaria de Planejamento (Seplan), em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE). Até o fim de 2013, as secretarias de Administração e Transportes também deverão apresentar o PDI.

Segundo a coordenadora do trabalho na Seplan, Maria Stella Conselvan, o foco do Governo será a execução do planejamento, em efetivamente transformar o PDI em resultados.

“Teremos reuniões mensais de acompanhamento da evolução do PDI nas Secretarias. Hoje, com a entrega destes planos estratégicos, avançamos na elaboração de instrumentos de planejamento que, de fato, expressem os resultados que a sociedade espera colher de uma gestão pública de qualidade”, disse.

O trabalho de coordenação da Seplan foi realizado de forma descentralizada, dentro dos órgãos. Gestores governamentais foram designados para cada secretaria, onde atuaram e atuam na coleta de dados, formação de indicadores, e auxílio no desenvolvimento das metas e modelos de gestão que formam o PDI. Cada plano estará disponível no site do órgão responsável.

O Plano de Desenvolvimento Institucional Integrado é um programa desenvolvido pelo TCE para auxiliar no planejamento de prefeituras. Nesta primeira fase, com início em fevereiro de 2012, as 20 maiores cidades participaram do projeto, sendo elas Várzea Grande, Cuiabá, Alta Floresta, Primavera do Leste, Pontes e Lacerda, Juína, Nova Mutum, Campo Verde,



Poconé, Campo Novo do Parecis, Guarantã do Norte, Sinop, Sorriso, Tangará da Serra, Cáceres, Barra do Garças, Rondonópolis, Cáceres, Barra do Bugres e Juara.

Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / **Política MT**

[Enviar para amigo](#) [Imprimir](#) [A A A](#)

30/10/2013 - 08:17

Promotor pede mais detalhes sobre cargos a serem criados para Saúde e TAC com Cuiabá fica para o dia 25

Da Redação - Laura Petraglia

Ficou para o dia 25 de novembro o fechamento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Prefeitura de Cuiabá e o Ministério Público Estadual (MPE) sobre todo o imbróglio envolvendo decisão judicial que mandava que o município demitisse os contratados temporários da Saúde.

Segundo o procurador do Município, Rogério Gallo, foi apresentado ao promotor Roberto Turim todo um estudo sobre atual situação da Saúde e também da Educação, bem como um plano que visa a realização de concurso nas duas áreas para suprir a demanda reprimida dos setores.

Procurador afirma que demanda da Saúde em Cuiabá só dá para resolver a médio prazo

“Com relação à Saúde ficou faltando a especificação de cada cargo a serem criados dentro das áreas de Agente de Saúde, que é para nível médio, e de Especialista em Saúde, nível superior. Esse foi o questionamento do promotor e que devemos apresentar na próxima reunião no dia 25 de novembro já para assinar o TAC”, adiantou.



Dos 5,3 mil funcionários da Saúde, 2.609 são contratados em regime temporário. O setor ainda convive com um déficit de 600 pessoas. O razoável segundo Gallo, é que fosse mantido apenas o índice 25% a 30% de contratos temporários.

Foi uma ação movida pelo Ministério Público Estadual (MPE) que culminou no despacho contra o ex-secretário de Saúde Luiz Soares e o ex-prefeito de Cuiabá, Wilson Santos (PSDB), sobre a demissão dos contratados temporários na Saúde.

A juíza da vara da ação popular considerou inconstitucional o inciso VI da Lei Complementar 94/2003, que amparava as contratações. Por consequência, tornou nulas todas as contratações feitas com base na legislação, dando prazo de 90 dias para a realização de concurso público. A decisão é de julho deste ano, porém, conforme Gallo, não está sendo cumprida pela Prefeitura pois está suspensa pelo recurso impetrado.

Segundo o procurador, a prefeitura vai demorar ao menos três anos para conseguir cumprir sem maiores danos a decisão judicial que determinou exoneração dos comissionados da pasta da Saúde, já que algumas coisas dependem de orçamento e aprovação de lei para concurso na Câmara Municipal.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Política Terça, 29 de outubro de 2013, 17h01

em novembro

Governo deve decidir destino da Farmácia de Alto Custo

Marianna Marimon, repórter do GD

Marcus Vaillant



Em maio, caixas e caixas de remédios vencidos foram encontradas no estoque da Farmácia de Alto Custo

A Comissão Processante da Secretaria Estadual de Saúde (SES) que analisa o relatório da Auditoria Geral do Estado (AGE) sobre a perda de medicamentos na Farmácia de Alto Custo, gerenciada pela Organização Social de Saúde (OSS) Instituto Pernambucano (Ipas), deve julgar o caso e apresentar uma decisão ao titular da pasta, no dia 6 de novembro. Após esta data, haverá um prazo de 10 dias para que a SES se posicione sobre o relatório. Além da Comissão Processante, o contrato com o Ipas está sob intervenção do Estado.

Esta Comissão possui prazo de 120 dias, e analisa o relatório da AGE que apontou prejuízo de R\$2,8 milhões ao erário, desde 2011 com a perda de medicamentos na Farmácia de Alto Custo. A partir do relatório da AGE, a Comissão Processante deve apontar três possíveis soluções para o governo: permanência do Ipas, terceirização ou assumir a unidade. A Comissão também deve julgar a responsabilidade do Ipas no episódio.

O relatório da AGE apontou diversas irregularidades como aquisição de medicamentos com data de validade superior a 75%, além dos R\$2,8 milhões, também houve perda de R\$191 mil em medicamentos vencidos na prateleira da Farmácia de Alto Custo, e mais R\$700 mil em remédios perdidos com o estrago da geladeira na Farmácia Cidadã.

O contrato com o Ipas prevê perda de 2% de medicamentos, mas como o consumo médio anual é R\$120 milhões, o percentual já estaria em 3,5%. Outros erros encontrados foram aquisição de medicamentos superior ao consumo habitual no Estado, como o remédio para AIDS. Também não houve ação direcionada para distribuir os medicamentos com data de validade próxima.

O auditor do Estado, José Alves, explicou que a Comissão tem o prazo de 120 dias para trabalhar enquanto a intervenção possui prazo de até 180 dias. “A Comissão Processante irá analisar o relatório da AGE, coletar as defesas dos envolvidos para decidir o que será feito, e também se condenam ou inocentam o Ipas”, disse.

Alves ressalta que a intervenção pode ser finalizada antes, caso a Comissão Processante aponte uma decisão que seja tomada imediatamente. “A intervenção continua até quando for feito o processo de transição, dependendo da decisão tomada. A Comissão vai apontar qual posição a SES deve tomar diante das irregularidades constatadas, e se houver uma solução em tempo menor, já podemos terminar a intervenção”, acrescentou.

Ao entregar o posicionamento à SES, haverá o prazo de dez dias para que seja tomada uma decisão relativa ao contrato com o Ipas. Até o dia 16 de novembro, o governo deve decidir se permaneça com a OSS, se assume a unidade ou se a terceiriza.

Acompanhe o GD também pelo twitter: @portalgazeta



Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Quarta, 30 de outubro de 2013, 00h00

Colniza recebe os 2 primeiros profissionais

[Da Redação](#)

Luis Manoel Perez Hernandez, 43, e Luis Gomes Siles, 46. Estes são os 2 médicos cubanos que na segunda-feira (4/11) chegam em Colniza (1.065 km a noroeste de Cuiabá). Nascidos em Cuba, eles contam que foram criados com ideais de sempre ajudar o próximo. Luis Manoel se formou em medicina na cidade Santa Clara, conhecida como o coração de Cuba. Após concluir o curso realizou especializações e deu início à carreira de médico. Em 2003, integrou uma missão no país conhecido como República do Mali. Entre 2006 e 2009, atuou como médico na Venezuela...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Quarta, 30 de outubro de 2013, 00h00

MATO GROSSO

9 médicos da 2ª etapa são formados em Cuba

[Lisânia Ghisi](#) / [Da Redação](#)

Nove médicos formados em Cuba iniciaram nesta terça-feira (29) o curso de capacitação em Cuiabá, que compreende o programa "Mais Médicos" do governo federal. Sete deles são naturais de Cuba e outros 2 são mato-grossenses que se formaram nas instituições educacionais cubanas. Na próxima segunda-feira (4 de novembro) eles serão redirecionados às cidades em que irão atuar, sendo Cáceres, Colniza, Santo Antônio de Leverger e Cuiabá. Segundo coordenadores locais do projeto, mais 9 profissionais devem chegar em Mato Grosso até novembro para atuar nas aldeias indígenas. A expectativa é que até o final do programa federal, o Estado receba pelo menos 100 médicos. O total de profissionais solicitados pelos municípios mato-grossenses é superior a 200 especialistas...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.

Fonte: www.saude.mt.gov.br

Notícia

30/10/2013 - Cida Capelassi/Assessoria/SES-mt e Assessoria TCE-



Secretários estaduais recebem certificado de participação no PDI do TCE-MT



(foto: Assessoria TCE-MT)

Secretários estaduais de Saúde, Planejamento e Educação e da Defensoria Pública e mais 20 prefeituras receberam na tarde de terça-feira (29.10) os certificados de participação do Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado (PDI) do TCE-MT. O programa busca atingir objetivos formulados no Plano Estratégico dos municípios, no sentido de contribuir para a melhoria da eficiência da administração pública e de aperfeiçoar o sistema de controle externo.

Para a elaboração dos Planos, os gestores passaram por capacitações presenciais e à distância sobre gestão pública e tiveram acompanhamento técnico do TCE-MT para que fossem identificadas as necessidades do controle externo, interno e social das instituições fiscalizadas.

Para a secretária adjunta de Gestão Estratégica da Secretaria de Estado de Saúde, Marlene Anchieta Vieira o Plano Estratégico da Saúde foi planejado para 8 anos visto que a Saúde Pública possui o Plano Estadual de Saúde que possui vigência de 2012 a 2015. “A Saúde Pública se utiliza de três instrumentos de planejamento o Plano Estadual de Saúde (PES), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - em parceria com o TCE e o Planejamento Estratégico da SES-MT. Estes instrumentos servem de referência para a aplicação e direcionamento das políticas públicas de saúde, que visam a execução de ações do SUS ao mesmo tempo em que servem para o controle da gestão e ao final dar ao usuário do Sistema Único de Saúde qualidade de vida.



O conselheiro presidente do TCE-MT, José Carlos Novelli ressaltou a fatia orçamentária que representa os municípios participantes, que juntos somam 60% da renda per capita do Estado, o que corresponde a R\$ 4,5 bilhões. "A entrega dos certificados é um reconhecimento do TCE-MT da sua contribuição para a visão de futuro e do seu compromisso com a sociedade. Uma valorização para quem entendeu a importância do chamamento que o TCE-MT fez para a implantação para cultura do planejamento, para a melhoria do serviço e da gestão pública e aplicação dos recursos públicos.

“A entrega dos certificados é um reconhecimento do TCE-MT da sua contribuição para a visão de futuro e do seu compromisso com a sociedade” disse José Carlos Novelli, conselheiro presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso.

Na ocasião, ocorreu o lançamento do Índice de Gestão Fiscal dos Municípios (IGF-M), ferramenta de gestão e controle externo baseada na metodologia do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF). Novelli destacou que o IGF-M é uma medida de referência para a gestão fiscal e para a aplicação dos recursos públicos. "A ferramenta IGF-M é uma oportunidade e ao mesmo tempo um desafio aos gestores, que passam agora a contar com uma régua para medir com precisão a Gestão Fiscal dos municípios. Quando o município vai bem na área fiscal, os prefeitos passam a ter mais recursos para investir nas áreas que a população mais.

De acordo com a secretária de Estado de Educação, o PDI foi fundamental no sentido de contextualizar a educação do Estado à realidade de cada município, e avaliar a situação da Educação como um dos principais índices de políticas públicas. " O PDI traça metas que deixa a secretaria com seu foco garantido para os próximos 10 anos. Então, não é mais possível se trabalhar com improvisos, para que possamos trabalhar com tranquilidade. Planejar foi fundamental para se avaliar o que temos agora e pensar em perspectivas futuras, frisou.

Além de prefeitos e representantes dos 20 municípios, estiveram presentes a secretária de Educação, Rosa Neide Sandes de Almeida, o defensor público geral de Mato Grosso, Djalma Sabo Mendes Junior, a secretária adjunta de Gestão Estratégica de Saúde de Mato Grosso, Marlene Anchieta Vieira e o secretário adjunto de Segurança Pública de Mato Grosso, Coronel Antônio Roberto Monteiro de Moraes. Participaram ainda os conselheiros: Domingos Neto e Valter Albano; os conselheiros substitutos: Jaqueline Jacobsen, Luis Henrique Lima, Moises Maciel, Luis Carlos Pereira. O Procurador do Ministério Público de Contas, Alisson Carvalho de Alencar .

Fonte: www.24horasnews.com.br

CLIENTELA ESPECIAL

30/10/2013 - 07:55:58

Redação 24 Horas News

Sem recursos, CEOPE reduz atendimentos e fila de pacientes aumenta

Capacidade de atendimentos esta reduzida em quase 50% e pessoas acabam na fila da emergencia



O Centro Estadual de Odontologia para Pacientes Especiais (CEOPE), não tem recurso para aquisição de insumos e medicamentos. O resultado dessa situação é a redução na capacidade de atendimentos. “Esse quadro dificulta os atendimentos, gera uma fila de espera e agrava principalmente o centro cirúrgico, piorando o quadro clínico dos pacientes” – disse o .



presidente da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da Assembléia Legislativa, deputado Antonio Azambuja (PP), após visita técnica ao local.

De acordo com a direção geral do centro se os repasses estivessem chegando regularmente na unidade, seria possível atender seis pacientes por dia em cada consultório. Ao todo o centro dispõe de oito consultórios. Isso daria 48 atendimentos. Atualmente estão sendo atendidos três pacientes em cada consultório, um total de 24 apenas.

Segundo a gerente Ilza Rosa de Paula, a capacidade de atendimentos esta reduzida em quase 50% e os usuários deixam de ser recebidos, e assim acabam retornando a unidade em forma de emergência, tornando o atendimento obrigatório, ou seja, dificultando o acompanhamento desses pacientes e gerando ainda mais custos por procedimento.

Antonio Azambuja reforçou que o objetivo da visita não é fazer denuncia para prejudicar ninguém, e sim verificar o que não esta funcionando e o que precisa melhorar. Com o intuito de mostrar ao governador e ao secretário de saúde a realidade das unidades que estão sob gestão do Estado.

O diretor do CEOPE informou que o prédio onde esta instalada a unidade de saúde não é de propriedade do Estado, é um espaço locado, por este motivo tem dificuldades na manutenção predial. Ainda segundo ele o centro cirúrgico e a sala de arquivos têm infiltrações. O Estado não tem como fazer reformas, por que a obrigação nesse caso seria do locatário.

Para o presidente Azambuja, o problema mais grave é o de gestão, a SES não atende as unidades, não repassa insumos, medicamentos, e isso com certeza reflete na baixa qualidade dos serviços e na redução dos atendimentos.

De acordo com o diretor geral dificuldades realmente existem, porém, nenhum paciente que chega ao CEOPE volta para casa sem atendimento. “Em nenhum momento a nossa unidade deixou atender pacientes seja do interior do estado como da capital”, finalizou.



Fonte: www.hipernoticias.com.br

Tamanho do texto A- A+

Quarta, 30 de outubro de 2013, 15h02

Enfim uma ideia inovadora para a saúde

O Executivo inspira-se no fato de que cuidar da saúde pública é uma tarefa que não se pode deixar para depois - é trabalho para ontem

JORGE MACIEL

Divulgação



Apesar das discussões que se afloram com a proposta de criação da Empresa Cuiabana de Saúde, enviada pelo Executivo e já aprovada pela Câmara Municipal na tentativa de aprimorar, em favor da vida, os mecanismos de atendimento na saúde pública municipal, há de se ponderar sobre alguns fatos importantes: o Executivo inspira-se no fato de que cuidar da saúde pública é uma tarefa que não se pode deixar para depois - é trabalho para ontem; a preciosidade da vida exige preocupação latente; e o projeto, em sua

envergadura, prescreve a ideia de que desburocratizando, ganhando tempo e buscando a excelência no atendimento chega-se a respostas positivas.

Em campanha, por inúmeras vezes visitando o Pronto Socorro e as policlínicas, o então candidato Mauro Mendes discutia e prometia novas trajetórias à política de saúde. Esperar respostas de caráter prático de um sistema em que as vidas se esvaem no ritualismo burocrático, na escassez de recursos financeiros e profissionais e na profusão de medidas viciosas, paliativas é como crer em milagres que podem até acontecer, mas é muito melhor apostar que não, pois chances são situações passíveis de trabalho não de sonhos à espera de boas surpresas.

A saúde pública prescreve ações baseadas em transformações, criatividade e inovações para que desses e outros predicados se possa alcançar efeitos que sejam, de fato, a cura, ou a redução de índices funestos do mau atendimento. Insistir em um aparelho improdutivo, administrativamente pervertido, falido e mortífero, é venerar o insucesso e se afastar dos compromissos por indiferença doentia. Qualquer movimento no sentido de melhorar o que aí está é plausível. E deixar como está para ver como é que fica é condenar o paciente do SUS às mazelas da omissão.

O projeto que a prefeitura enviou e trabalhou para aprovar na Câmara Municipal chama a atenção também por alguns outros aspectos: elaborado sob cuidados especiais de técnicos e gente comprometida com a política de saúde pública, a proposta visa resolver permanentemente problemas da saúde com a premissa do fortalecimento das ações públicas amarradas nas mudança estrutural do setor, com uma administração pública diferenciada e específica, direcionada a eliminar a burocracia, dar velocidade ao



atendimento e utilizar outras formas para melhor atender á população. Em resumo, o prefeito quer dar perfil empresarial, embora com natureza e alinhamento e controle públicos, ao setor de gestão hospitalar, como acontece com sucesso nos países desenvolvidos. Os mecanismos de ações públicas da saúde sob a gestão diferenciada visam o coletivo, como bula e obrigação, mas as maneiras são longe da mesmice e da política do atual sistema, emperrado e carcomido.

Bem amarrada no contexto jurídico, com regras, prazos e operacionalidade definidos, a Empresa Cuiabana de Saúde cuidará, pelos seus objetivos constantes do projeto, da regência hospitalar, ambulatorial, ficando ao seu encargo ainda a execução direta dos serviços de saúde pública definidos no Sistema Único de Saúde (SUS), no intuito de ser uma entidade executiva de excelência sem custos à população. Competirá à Secretaria Municipal de Saúde as políticas públicas de saúde preventiva e de fiscalização. O modelo terá como piloto o Hospital das Clínicas e uma rede de instituições conveniadas para realização de exames e outros serviços médicos-ambulatoriais, ampliando-se o braço de cobertura médico-hospitalar e ambulatorial à população, sem falar na ampliação de leitos e o fim gradual das filas de espera por tratamento de alta complexidade ou não.

"Pelo que li, vi e ouvi até o momento os contrários à Empresa Cuiabana de Saúde o são mais por questões ideológicas e políticas do que propriamente por terem restrições objetivas do formato da empresa. Não é hora de fazer política, e sim de buscar a construção de soluções práticas para um problema que afeta a maioria da nossa população, quicá a todos.. Isso sem falar naqueles que podem estar, apenas, defendendo os fartos contratos que o SUS mantém com hospitais privados para a oferta de serviços médicos, o que não apresenta, na maioria dos casos, relatórios produtivos.

Diante do novo, as reações, naturalmente, são de esquiva, reserva ou de suposições, que podem ser transformadas em reconhecimento conforme os seus resultados. Me atenho à ideia, ao ler e acompanhar os trâmites da proposta, de que na teoria o projeto de criação da empresa municipal de saúde é uma grande alternativa, ao tempo de ser oportuna e viável. É um plano inovador, ancorado em métodos aprovados e em prática em outros países e que podem, seguramente, mudar o panorama de caos que hoje se destaca no noticiário sempre negativo da saúde pública.

* **JORGE MACIEL** é jornalista em Cuiabá



Fonte: www.sonoticias.com.br

GERAL

30 de Outubro de 2013 - 11:33

Ação contra Secretaria de Estado de Saúde é julgada improcedente

Fonte: Só Notícias com assessoria

O juiz da Comarca de Diamantino (região Médio Norte), Anderson Candiotto, julgou improcedente ação ajuizada por um cidadão que pleiteava o custeio de cirurgia realizada em hospital particular pelas Secretárias de Saúde do município e do Estado. Na decisão, o magistrado revogou a antecipação de tutela dada anteriormente.

Ofício expedido em janeiro de 2013 pela Secretaria de Estado de Saúde, protocolado nos autos no dia 22 do mesmo mês, trouxe a informação que em contato telefônico com o paciente, ele disse que foi ao hospital de base de Ribeirão Preto, onde passou por avaliação e exames, sendo que a cirurgia ficou agendada para abril deste ano. Essas informações foram confirmadas pelo cidadão.

"Ante todo o exposto, deixo claro o entendimento de que é indiscutível a obrigação do Estado no que toca à prestação dos serviços de saúde. No entanto, é latente nos autos que a parte requerente optou por não receber o atendimento através do SUS, assim, não pode o Estado custear tratamento privado, mesmo que seja moroso o atendimento", afirma o magistrado na decisão.



Fonte: www.sonoticias.com.br

SAÚDE

30 de Outubro de 2013 - 07:14

Lucas recebe R\$ 293 mil a mais em verbas federais para saúde

Fonte: *Só Notícias/Weverton Correa (foto: assessoria/arquivo)*



Os repasses fundo a fundo do Ministério da Saúde para Lucas do Rio Verde registram aumento de janeiro até ontem, em relação ao mesmo período do ano passado. Levantamento do próprio órgão aponta que, no período, foram transferidos R\$ 4,7 milhões ante R\$ 4,4 milhões em 2012. O incremento foi pouco superior a 6,6%, representando mais R\$ 293,7 mil no caixa da administração municipal.

Entre janeiro e ontem, para atenção básica foram transferidos R\$ 3,2 milhão; média e alta complexidades R\$ 841,5 mil; vigilância em saúde R\$ 172,8 mil; assistência farmacêutica R\$ 169 mil. Para gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) não houve registro, sendo destinados ainda cerca de R\$ 300 mil para investimentos.

Ano passado, no mesmo período, para atenção básica haviam sido destinados pouco mais de R\$ 3 milhão; média e alta complexidades R\$ 793m3 mil; vigilância em saúde R\$ 303,7 mil; assistência farmacêutica R\$ 142,6 mil. Para gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) não houve registro, sendo destinados ainda cerca de R\$ 113 mil para investimentos.



Leia ainda

[Alta Floresta: repasses federais para saúde pública caem 12%](#)